

As dificuldades e os avanços na realidade da escola no campo

Difficulties and advances in the reality of school in the field

Wyara Ferreira Melo¹, Vicente Saraiva dos Santos Neto¹, Felipe Venceslau Silva de Almeida¹, Ana Nonato Trigueiro²,
Antonia Laurentino Freires³, Francisca Nonato Trigueiro⁴, Francisco Damião Pereira Sarmento⁵
Agilio Tomaz Marques¹ e Jardenia Mayara da Silva Nogueira¹

RESUMO - Este trabalho tratou, de uma revisão bibliográfica por meio de uma abordagem qualitativa, a fim de descrever as dificuldades e os avanços na realidade da Educação no Campo. O objetivo foi compreender como ocorreu o processo de expansão, avanços e as políticas públicas voltadas para a Educação no Campo. Ao longo dos anos, a educação no campo vem sendo enfoque de algumas pesquisas, o que tende a despertar uma nova consciência na população em geral. Governantes, secretarias de educação e intelectuais partem do princípio que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico para que a educação no campo seja contemplada com qualidade. A educação e a escola, produtoras de conformismo e adesão ao estabelecido têm a função de reproduzir as desigualdades sociais, a ideologia dominante e o sistema capitalista. A escola é um aparelho ideológico do Estado, sendo de natureza transformadora. Uma educação que possibilite a transformação da sociedade desumanizada em humanizada, de uma sociedade a-histórica em uma sociedade histórica, de uma educação desencarnada em uma educação encarnada. Utilizou-se como referencial teórico as contribuições de autores que explicitam o histórico da educação no campo no Brasil, além das concepções que envolvem a educação atual. Conclui que é primordial que toda a sociedade mude algumas “crenças” ultrapassadas de que a educação no campo não tem qualidade, e passe a perceber quantas mudanças boas já ocorreram e como o nosso alunado hoje tem inúmeras possibilidades. O trabalho defende que, estudos dessa natureza são necessários para possibilitar a comunidade um maior conhecimento a respeito dessa temática, servindo de base para pesquisas e estudos posteriores, visto que essa modalidade de ensino é essencial para o desenvolvimento da sociedade, necessitando de estudos constantes

Palavras-chave: Educação no campo. Educação. Ensino.

ABSTRACT - This work dealt with a bibliographic review through a qualitative approach, in order to describe the difficulties and advances in the reality of Education in the Field. The objective was to understand how the expansion process, advances and public policies focused on Education in the Field took place. Over the years, education in the field has been the focus of some research, which tends to arouse a new awareness in the general population. Government officials, education departments and intellectuals assume that the greatest challenges lie in the lack of structure, preparation, adequate school transport, didactic-pedagogical material so that education in the countryside is contemplated with quality. Education and school, which produce conformity and adherence to the established, have a reproductive function such as social inequalities, the dominant ideology and the capitalist system. The school is an ideological apparatus of the State, being of a transformative nature. An education that makes it possible to transform a dehumanized society into a humanized one, from an unhistoric society to a historic society, from a disincarnated education to an incarnated education. It was used as a theoretical framework as contributions by authors that explain the history of rural education in Brazil, in addition to the concepts that involve current education. He concludes that it is essential that the whole of society changes some outdated "beliefs" that education in the countryside has no quality, and learn about the good changes that have already occurred and how our students today have possible possibilities. The paper argues that studies of this nature are included to enable the community to gain greater knowledge about this topic, serving as a basis for further research and studies, since this teaching modality is essential for the development of society, requiring constant studies

Keywords: Education in the field. Education. Teaching.

Recebido em: 08/01/2020 e publicado em: 01/08/2020.

¹ M. Sc. Pelo PPGSA/CCTA/UFCEG Campus de Pombal – PB, Brasil: Doutoranda no PPGE/UFCEG, e-mail: wyara_mello@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-7054-4060>; Faculdades Integradas do Ceará: UniFIC E-mail: vicentesaraiva23@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2826-6719>; Faculdades Integradas do Ceará UniFIC E-mail: felipevenceslau89@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6699-922X> Mestrando Bacharel em Direito TJ/PB. E-mail: agiliotomaz@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-8364-5063> e Mestranda no PPGSA/UFCEG, e-mail: Jardeniamaiarabv@gmail.com: <https://orcid.org/0000-0001-8463-8500>

² Licenciatura em Matemática pelo IFPB, e-mail: aninha2014n@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-9037-5348>

³ Licenciada em Educação Física pelo IFPB, e-mail: antoniafreires@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-2270-7504>

⁴ Licenciatura plena em História, e-mail: rizonarianonato5@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0003-4440-3314>

⁵ Tecnólogo em Agroecologia pelo IFPB, e-mail: damiaosarmento18@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-8806-7848>

INTRODUÇÃO

A educação no campo vem sendo enfoque de algumas pesquisas ao longo dos últimos anos, o que tende a despertar uma nova consciência na população em geral. Nascimento (2009), diz em seu artigo que, a educação do campo é uma categoria recente nas análises epistemológicas dos educadores brasileiros. Até o início da década de 1990 havia um consenso acerca da educação rural dependente da educação urbana, o que apontava uma dicotomia que ainda não conseguimos superar na atualidade, mesmo com o avanço das pesquisas em educação do campo.

Nas décadas de 1960 e 1970 muitos foram os momentos marcantes na história do Brasil. Houve maior penetração do capital internacional na economia, resultando num crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista (BARBOSA, 2013). Em consequência disso houve o crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade, além de ocorrer também o crescimento e a difusão de experiências que viam na educação um dos instrumentos que proporcionaria uma maior conscientização política e social e uma participação transformadora das estruturas capitalistas presente na sociedade brasileira (QUEIROZ, 2011).

Levar o ensino de qualidade é um dos principais desafios da Educação Rural, visto que as regiões mais precárias são as mais esquecidas pelo poder público.

Neste cenário, há uma realidade similar nas escolas rurais, sendo necessário destacar a realidade sociocultural dos alunos, precariedade dos espaços físicos, falta de professores habilitados, ausência de assistência pedagógica nas escolas rurais, falta de transporte escolar adequado, ausência de material didático-pedagógico para que a educação no campo seja contemplada com qualidade e em relação à infraestrutura, as escolas rurais também estão em desvantagem (SILVA, 2018).

Antonio e Lucini (2007), dizem que a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, o que por sua vez, delineia-se, assim, um imaginário de que, para viver na roça, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. As “escolinhas” criadas no meio rural, geralmente multisseriadas e isoladas, eram poucas e questionadas pelas forças hegemônicas da sociedade quanto a sua eficácia no ensino. Com o processo de urbanização crescente e o movimento de correntes migratórias, a educação rural começa a ser objeto de algumas preocupações de alguns setores ligados à educação. Desse modo, algumas iniciativas destas forças, de caráter assistencial e outras privadas, defendiam a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola.

E o que dizer a respeito da prática do professor que trabalha no campo? Souza; Santos (2007), expõe que a prática do professor exige um posicionamento político em

relação à estrutura e funcionamento da sociedade, e comprometimento com as pessoas com quem ele mantém uma relação educativa e profissional. Sendo assim nada mais usual a ser empregado do que as sábias palavras de Paulo Freire, que defende uma educação que seja transformadora, em oposição à educação bancária que “aliena” os sujeitos, tornando-os meros objetos do processo pedagógico e camuflando as relações de classe social.

O objetivo do presente estudo bibliográfico é compreender como ocorreu o processo de expansão, avanços e as políticas públicas voltadas para a Educação no Campo.

O presente trabalho inicia-se com uma revisão de literatura, na qual o conteúdo abordado destaca o histórico da Educação no Campo, além das políticas públicas voltadas para a Educação no Campo.

Baseando-se a partir do que foi explicitado anteriormente, é interessante que se discuta a respeito dessa problemática tão comum aos nossos dias e tão inerente a nossa realidade. Mais adiante, serão expostos a hipótese, os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa a problematização, a metodologia, a revisão bibliográfica, o relato de experiência e as considerações finais do presente trabalho.

Compreender como ocorreu o processo de expansão, avanços e as políticas públicas voltadas para a Educação no Campo. A presente pesquisa se trata de estudo de cunho bibliográfico, pois, utilizar-se-á de referências bibliográficas oriundas de livros, artigos e revistas que subsidiem a temática em questão.

De acordo com Cervo; Bervian; Silva (2007), praticamente todo o conhecimento humano pode ser disponível em livros ou em outros impressos. Quanto à natureza, desses documentos bibliográficos, eles podem ser: primários – quando coletados em primeira mão, como pesquisa de campo, testemunho oral, depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios; secundários – quando são colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outros impressos, magnéticos ou eletrônicos.

O CAMPO: ASPECTOS GERAIS

A definição de “Campo” tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O termo “campo”, nesse sentido, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana, não se tratando apenas de ser o perímetro não-urbano. Diferentemente de entender o Campo como espaço apenas da produção agrícola, ele deve ser compreendido, sobretudo, como um território de produção de vida, de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos vivem
(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2

Para Ferreira; Brandão (2011), ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo “natural”, o que pode ser observado no ensino e na educação do campo. Nos dias atuais, fazer uma referência a este processo de exclusão não leva a um debate tranquilo, a resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que se beneficiam com a exclusão social. Os resquícios da história nos levam à constatação de que nas escolas brasileiras contemporâneas, as questões históricas que remetem ao processo de exclusão social não são trabalhadas de forma satisfatória, com autoridade e conhecimento de causa por parte dos educadores. Quando estuda-se a educação do campo, não há como sonegar tais análises, sendo necessário chamar a temática ao debate sócio econômico e geopolítico, pois milhares de estudantes e de camponeses fazem parte deste processo marginal criado pela ideologia dominante que carrega representações simbólicas na consciência, reproduzindo discursos e práticas da elite não condizentes com a vida e ações das populações do campo, perdurando nos trabalhos sócio pedagógicos de milhares de escolas brasileiras.

Historicamente a Educação do Campo tem sido marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e deslocado das necessidades e da realidade do campo (PAULA, 2019). Os povos do campo demonstram sua organização por meio da reivindicação de condições de trabalho, divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária e a delimitação territorial das terras dos povos indígenas. Desta forma, surgiu o Ruralismo Pedagógico que objetivava fixar o homem ao campo, que teve sua duração até a década de 1930. Em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O que marca este período da história é uma gradativa substituição de poder de uma elite agrária para as emergentes elites industriais. A grande preocupação do período é com o movimento migratório campo-cidade e com a elevação da produtividade do campo, numa conjuntura em que a industrialização e a urbanização dão seus primeiros e concretos passos. (SOUZA; REIS, 2009).

Souza; Reis (2009) ainda acrescentam que na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) deixa a educação rural a cargo dos municípios. Com a Lei 5692/71 não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais. Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação destaca-se como um direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade adequando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas.

Entretanto, mesmo com estes avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária (ARAUJO e BERGAMASO, 2018).

Antonio; Lucini (2007) apontam que a educação desenvolvida nos meios rurais se torna objeto de discussão dos sujeitos que a compõem, os educadores e camponeses, diferentemente de outros momentos, em que a educação rural era objeto de discussão dissociada dos sujeitos sociais que nela atuam. Por isso, com o passar dos anos, foi necessário que a nomenclatura também fosse adequada a essa nova realidade. Decidiu-se utilizar a expressão *campo* e não mais a usual *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho.

Com base em Bof et al. (2006), de acordo com os dados divulgados pelo Censo Demográfico 2000 mostram que, apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do País encontra-se na zona rural. A diversidade regional também caracteriza o Brasil rural. Enquanto a população da Região Centro-Oeste apresenta um rendimento médio mensal de R\$ 518, a Região Nordeste detém, com R\$ 186, o mais baixo valor. Do ponto de vista do capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população residente na zona rural são importantes indicadores da secundarização histórica das políticas educacionais voltadas para o campo. Os dados mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural corresponde a quase metade da estimada para a população urbana, ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa desigualdade.

Ferreira; Brandão (2011) acrescentam que segundo os dados do censo populacional 2010, a população no Brasil é predominantemente urbana. Embora esses dados aparentemente sejam reais, podem ser questionados, pois milhares de municípios brasileiros são de características predominantemente rurais e a educação oferecida nas escolas públicas desses municípios é, na sua maioria, uma educação elitista que não atende as necessidades dos homens, mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo. É a educação preparatória para o trabalho nos centros urbanos, visando atender as necessidades do agronegócio, agroindústria e comércio.

Governantes, secretarias de educação e intelectuais partem do princípio que os grandes desafios estão na falta de estrutura, de professores preparados, de transporte escolar adequado, de material didático-pedagógico para que a educação no campo seja contemplada com qualidade. Mas, na verdade, estes tidos como pensantes da educação, não se atém ao principal e grande desafio de implantar a educação no campo: a mudança do modelo de educação presente.

Ao ser feita uma análise da história da educação, verifica-se que a Educação do Campo começa a obter espaço no cenário nacional, como exigência republicana, quando há o reconhecimento do direito à diferença e a existência da ampliação do conceito de cidadania, não apenas vinculado aos que vivem na cidade. Educação do Campo surge, pois, como a explicitação do respeito e valorização de milhares de brasileiros que se constituem como cidadãos em pleno gozo

de seus direitos sociais (FEROLLA, 2013). Com isso, a educação só veio a se consolidar como uma demanda dos segmentos populares com a intensificação do processo de industrialização e a transferência da mão-de-obra dos setores tradicionais para o moderno. A partir de 1930, surgem os movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica, com as responsabilidades da escolaridade elementar assumidas pelo Estado e dada a forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil, com ausência da provisão de recursos públicos, dentre os quais, a escola, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo e do meio ambiente. Desse modo, a partir dos anos 90 os povos organizados do campo conseguem agendar na esfera pública a questão da Educação do Campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

Seguindo essa ótica, é circunstancial que todo indivíduo tenha seus direitos e deveres preservados sejam eles inerentes a educação, infra estrutura, segurança, saúde, entre outros. E a escola no campo, emerge como uma possibilidade da sociedade ter acesso a esse direito, o que denota a importância da criação dessas escolas, com corpo docente de qualidade, que instigue os discentes a desenvolverem o seu potencial. Por isso, será demonstrado na próxima sessão a Educação no Campo, para que alguns pontos possam ser compreendidos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO e POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação e a escola, produtoras de conformismo e adesão ao estabelecido têm a função de reproduzir as desigualdades sociais, a ideologia dominante e o sistema capitalista. A escola é um aparelho ideológico do Estado, sendo de natureza transformadora. Uma educação que possibilite a transformação da sociedade desumanizada em humanizada, de uma sociedade a-histórica em uma sociedade histórica, de uma educação desencarnada em uma educação encarnada. (NASCIMENTO, 2009).

A Educação do Campo nasceu das lutas dos movimentos sociais camponeses, em contraponto à Educação Rural. Para Caldart (2009) esse modelo de educação nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra situação em que se encontravam ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é diferente da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade que compõem o campo (FLORES, 2019). Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas).

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade.

Ferreira; Brandão (2011) apontam que a Educação do Campo, diferente do modelo neoliberal de educação, contribui com a construção de uma memória coletiva, do resgate da identidade do homem do campo por meio da educação junto às crianças, jovens e adultos, criando o sentimento de pertença ao grupo social ao qual a educação do/no campo está inserida, seja nas escolas dos assentamentos, acampamentos ou nas escolas em distritos, glebas, patrimônios, seringais ou comunidades quilombolas.

A constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades e diferentes grupos sociais em acessar a educação. Os traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público têm fortes raízes rurais e patriarcais fortíssimas. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira (OLIVEIRA, 2019). A educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultural e econômica gestada no e para o país, como explicam Antonio, Lucini (2007).

Silva Júnior; Borges Netto (2011), ponderam que a Constituição Federal de 1988, artigo 205, ressalta a educação como sendo um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ao consideramos, em particular, o espaço rural, inúmeras carências podem ser evidentes. No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto, diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural (NOGUEIRA, 2015).

As Políticas Públicas e a educação no Brasil, desenvolveu-se em meio à evolução dos métodos científicos como modo de tratar os problemas relativos a essa área. As concepções e os tipos ou modelos clássicos dominantes das políticas e programas educacionais estão intrinsecamente relacionadas tanto com as referências teóricas quanto com as abordagens metodológicas que, por sinal, não estão dissociadas do contexto histórico-social predominante de sua época (DIOGENES e SILVA, 2020)

De acordo Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

No paradigma da Educação do Campo, busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir,

contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola (BRASIL, 2007). Deste modo, segundo Caldart (2002) a Educação do Campo entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

Os autores supracitados, ainda destacam que as escolas rurais no Brasil foram construídas tardiamente, e sem o apoio necessário por parte do Estado para que se desenvolvesse. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, sobretudo, no meio rural. Evidenciamos, na história da educação brasileira, o descaso das elites dominantes com a educação pública, particularmente, em relação às escolas rurais. Em um documento emitido pelo Ministério da Educação em 03/06/2003, o mesmo traz as seguintes omissões do Estado brasileiro:

[...] (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo. (SILVA JÚNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 47).

Para Ferreira; Brandão (2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, mesmo que alguns pontos da LDB estejam voltados aos interesses neoliberais. Por outro lado, o artigo 28 da LDB aponta direcionamento específico à escola do campo. O artigo prescreve que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 10).

Desse modo, constata-se que enquanto a LDB se volta à lapidação de mão de obra visando o mercado de trabalho, os movimentos sociais e academia veem a educação do campo como mudança de sociedade e formação da cidadania, que é o que realmente deve prevalecer.

Baseando-se a partir do que foi dito por Silva Júnior; Borges Netto (2011), pensar a educação do campo é pensar

em estratégias que colaborem, norteiem e reafirmem as identidades do campo. Neste sentido, o governo brasileiro instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CEB, n. 1, de 03 de abril de 2002. O documento é fruto da ação do GPTE, que consolidou reivindicações históricas das organizações e movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade para os diversos sujeitos, povos com identidades diversas que vivem no campo, como: agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, assalariados rurais, povos da floresta, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e outros.

Souza; Santos (2007), descrevem que no campo, a realidade das escolas é preocupante, pois o Censo Escolar mostrou que 64% daquelas que oferecem o ensino fundamental de 1ª a 4ª série são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essas escolas atendem 1.751.201 alunos, o que em média resulta em aproximadamente 27 alunos por turma. A estrutura física dessas escolas é precária, a atribuição de outras funções ao professor é outra problemática presente no cotidiano escolar, a desvalorização profissional e conseqüentemente dos salários são evidentes devido à formação inadequada dos professores.

Os autores ainda ponderam que segundo dados do MEC/INEP, apenas 22,8% dos professores que atuam nas turmas de 1ª a 4ª séries na área rural no sul do país possuem curso de Educação Superior completo. Com os salários desvalorizados, ocorre a rotatividade dos mesmos. Depois de cumprir algum período na escola, os professores pedem remoção para as cidades, havendo a necessidade de substituição, o que interfere de forma negativa no processo de ensino-aprendizagem. Um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas multisseriadas é a nuclearização. O perfil das escolas do campo corresponde às especificidades da dispersão da população do campo: são de pequeno porte, atendendo uma demanda reduzida de alunos.

Uma política amplamente difundida nas últimas décadas para “solucionar” os problemas vivenciados pelas escolas isoladas tem sido a nucleação. Vários governantes optaram por eliminar as escolas isoladas e construir escolas-núcleo ou escolas-pólo para atender as crianças de uma determinada região. No entanto, esse processo vem gerando uma série de discussões. De um lado, há os que a defendem sob o argumento da igualdade de condições de oferta; de outro, há os que a condenam pelas condições inadequadas de transporte, longas horas de traslado que a criança pode ser submetida, além da não-garantia de qualidade de ensino e custos elevados. (BOF et al., 2006).

Outra problemática que envolve o ensino no campo é o modelo urbanizado de educação que é trabalhado com a população rural. O modelo de ensino dos cursos de formação de professores é pensado dentro da dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas das cidades. Sendo assim, a luta do MST em conquistar escolas públicas e gratuitas para o campo é significativa, pois busca construir o ensino tendo como base valores de solidariedade, respeito ao diferente e a valorização do trabalho no campo. (SOUZA; SANTOS, 2007).

Segundo Souza; Santos (2007), os movimentos sociais, em especial o MST (Movimento Sem Terra), têm ocupado lugar de destaque no cenário nacional desde os anos de 1980 devido às lutas empreendidas pela Reforma Agrária, que por sua vez, engendra a reivindicação por outros direitos sociais garantidos constitucionalmente, a saber: moradia, saúde, transporte e educação. Dentro da organização do MST foram criados setores que teriam como função acompanhar e elaborar propostas para o melhor desenvolvimento econômico e social de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. O setor de Educação elaborou propostas pedagógicas para efetivar um ensino focado na conscientização do homem em relação à realidade social. Desta forma, o movimento concebe a educação como instrumento de transformação social e luta pelo processo de superação da exploração e democratização dos direitos (ALMEIDA, 2019).

Nascimento (2009) acresce que a partir da década de 1990 foram se criando aos poucos grupos de reflexão acerca desta problemática já apresentada. Sabe-se que desde os anos 60, com a Educação Popular, tiveram-se alguns avanços na busca por uma melhor conscientização política a respeito da educação oferecida aos povos do campo. Por isso, precisa-se entender que os movimentos sociais do campo tiveram uma grande importância neste cenário. O Encontro Nacional dos Educadores/as da Reforma Agrária (ENERAs) foram o primeiro espaço constituído pelos movimentos sociais e sindicais do campo como: MST, CONTAG, CPT e outros. Estes encontros sempre foram apoiados por ONGs e por organismos ligados a Igreja Católica (CNBB) e organizações ligadas a ONU como é o caso da FAO, UNESCO e UNICEF (ANGELO, 2019).

A luta por uma educação do campo é o fato de que as escolas rurais não levam em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e família, não oferecem aos alunos a oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades que lhe são necessários e, ainda mais grave, desvalorizam a vida no campo, diminuindo a auto-estima dos alunos e descaracterizando sua identidade (SILVA e AIRES, 2017). Assim, uma transformação na educação rural requer mais do que melhorar fisicamente as escolas ou a qualificação dos professores. Implica, necessariamente, a presença de um currículo baseado na vida e valores da população do campo para que o aprendizado escolar também possa ser um instrumento para o desenvolvimento sociocultural e econômico do campo. (BOF et al., 2006).

Nessa perspectiva, os autores mencionados anteriormente, demonstram o surgimento de diversas iniciativas desenvolvidas pelas próprias organizações e movimentos sociais do campo, no sentido de reagir ao processo de exclusão social e de forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação e construam uma identidade própria das escolas do campo (MARTINS, 1980). São experiências que, a partir de alianças com partidos políticos, Igreja, universidades e organizações não-governamentais, têm promovido ideias e práticas que conferem outros significados à função pedagógica, política e social da escola no campo. Exemplo desses esforços são as Centros Familiares de Formação em Alternância (Ceffa), o

trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB); as escolas de assentamentos e acampamentos, além de outras iniciativas assumidas pelas comunidades e pelos professores de inúmeras escolas isoladas, espalhadas nos diversos cantos do País (SILVA, 2019). Também é imprescindível mencionar a iniciativa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado para atender as áreas de assentamento de reforma agrária.

Todas essas iniciativas emergem como uma possibilidade de garantir o direito a educação dessa população tão discriminada e marginalizada, muitas das vezes, além de ajudar a fortalecer a educação, estimular e desenvolver projetos educacionais com a utilização de métodos específicos para o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo bibliográfico, buscou-se investigar as dificuldades e os avanços na realidade das escolas no campo, no decurso do estudo pode-se constatar que muitos são os desafios da Educação no Campo, principalmente no sentido do êxodo rural. Onde se faz necessário uma política pública voltada para a valorização na Educação no campo fazendo uma reflexão sobre sua identidade.

Neste sentido, a educação no campo pode se destacar através da pedagogia da alternância, buscando interligar essa educação com a sociedade, aliando os saberes da sala de aula com os conhecimentos dos educandos.

Diante dessa discussão, o presente estudo conclui que é primordial que toda a sociedade mude algumas “crenças” ultrapassadas de que a educação no campo não tem qualidade, e passe a perceber quantas mudanças boas já ocorreram e como o nosso alunado hoje tem inúmeras possibilidades. Com isso, estudos dessa natureza são necessárias para que possibilite a comunidade um maior conhecimento a respeito dessa temática, servindo de base para pesquisas e estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Naiane Alves de. *Negociação Coletiva No Setor Público: Estudo do Movimento Sindical da Educação Na Efetivação de Direitos*. Dissertação Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Mestrado Profissional Educação E Docência Trabalho E Educação, 2019. 157p

ANGELO, Aline Aparecida. *Um estudo sobre a prática político social de egressos da licenciatura em educação do campo da FaE/UFMG: possibilidades e desafios para a formação de educadores do campo*. Tese USP 2019. 315p

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. *Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação*. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, mai/ago. 2007.

ARAÚJO, Roberta Negrão de e BERGAMASCO, Wanderleia Aparecida. *Educação do campo: Concepção, fundamentos e desafios*. *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v.9, n.25, p. 225-245, 2018

- BARBOSA, Carlos Soares. Nova sociabilidade do capital e a natureza das políticas para jovens trabalhadores no governo Lula: uma análise da “participação cidadã” do ProJovem Urbano / Carlos Soares Barbosa. – 2013. 204f.
- BOF, Alvana Maria; et al. **A educação no Brasil Rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9D3260AB-4731-47E4-B8F8-20F669F3172F%7D_miolo_1_educacao_brasil_rural.pdf>.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DIÓGENES Elione Maria Nogueira e SILVA, Ricardo da. Políticas públicas de educação no Brasil: epistemologias Public education policies in Brazil: epistemologies. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 5, p.27912-27929, may. 2020
- FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, ano. 5., n. 9, jul./dez., 2011
- FEROLLA, L. M. **Processos colaborativos na gestão pública: estudo das relações estabelecidas no Programa Nacional de Educação do Campo**. Dissertação USP Ribeirão Preto, 2013 206p
- FLORES, Lisiane Santos . Educação do Campo E Modelagem Matemática: Construção de Estufa Para A Produção de Orgânicos Na Zona Rural de São Sebastião do Caí - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul Porto Alegre 2019 . 105p
- GARCIA, Carlos. **O que o Nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselho Escolar e a educação do campo**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci**. 2009.
- NOGUEIRA, Pedro Lourenço de Luna. Enterre meu coração nos limiares do Outro Ocidente: Insumos epistêmicos para o pensar das psicoterapias no Brasil, oriundos do diálogo interdisciplinar entre a etnopsiquiatria de Tobie Nathan e a gnosiologia liminar de Walter Mignolo Dissertação Universidade de Brasília – Unb Instituto de Psicologia – IP Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura 2017, 243p.
- OLIVEIRA, Manuel da. A formação docente sob os olhares atentos dos (as) estudantes de licenciatura do centro de formação de professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, TCC. UFRB Amargosa-BA 2019, 174p
- PAULA, Prycyla Paola de. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Reflexões sobre o currículo, identidade e cultura do Colégio Estadual do Campo Olga Benário Prestes TCC**. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul 48p
- SILVA, Welinton Pereira da . **Escola Sem Partido: Um Estudo A Partir da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional No Período 2004 – 2017** Dissertação Universidade de Brasília – UNB Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares Programa De Pós-Graduação Em Direitos Humanos E Cidadania. 2019. 116p
- SILVA, Iara Rodrigues e AIRES, Helena Quirino Porto. Um olhar sobre a implantação da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo no Estado do Tocantins. Anais do I Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins 2017. 48 – 61
- SILVA, Ranielli Leticia da o campo é cheio de coisas bonitas, pássaros, borboletas, flores, e a cidade só tem humanos e coisas que o humano constrói: Representações Sociais de Campo, Cidade, Rural e Urbano de alunos e professores da Escola Municipal 13 de Maio, Upanema/RN TCC. UFERSA. Mossoró 2018 98p
- SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, Mário. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Caderno temático: Cultura e Educação do Campo, n. 3, ano 2, p. 45-60, nov, 2011.
- SOUZA, Maria Antônia de; SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. Educação no campo: prática do professor em sala multisseriada. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 211-227, set./dez. 2007.
- SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do campo prática pedagógica**. 2009. 57p. Monografia [Graduação]. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. Umuarama, 2009